

Fabiano Eloy Atílio Batista
Sandro Ferreira de Souza
(Organizadores)

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Fabiano Eloy Atílio Batista
Sandro Ferreira de Souza
(Organizadores)

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo

**Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Fabiano Eloy Atílio Batista
Sandro Ferreira de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo
/ Organizadores Fabiano Eloy Atílio Batista, Sandro
Ferreira de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0392-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.920222408>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Batista, Fabiano Eloy
Atílio (Organizador). II. Souza, Sandro Ferreira de
(Organizador). III. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo**' reúne textos de autoria nacional e internacional, que propõem discussões atuais e críticas sobre a importância e contribuições dos estudos na área da Arquitetura e do Urbanismo para a sociedade e o meio ambiente.

A reunião dos textos desta coletânea busca corroborar, cada qual a sua maneira, com ações intrínsecas à Arquitetura e ao Urbanismo, tais como o ato de pesquisar, projetar, planejar e intervir.

Portanto, a obra reúne estudos sobre o ambiente construído e sobre a cidade, considerando alguns de seus desdobramentos e apropriações, por meio de uma multiplicidade dimensional da paisagem, do território, do edifício, do interior, passando por temas como conforto térmico e acústico, eficiência energética, acessibilidade, planejamento de cidade, dentre outros.

Assim, ao longo dos doze artigos podemos vislumbrar uma série de reflexões que constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as pesquisas, os processos e as práticas que vêm sendo construídas por pesquisadores nacionais e internacionais, ampliando, por finalidade, um espaço propício para os mais distintos debates.

Por fim, enfatiza-se que as discussões acerca do universo da Arquitetura e Urbanismo é extensa e frutífera e, por isso, esperamos que a coletânea '**Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo**' possa auxiliar e se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições da área da Arquitetura e do Urbanismo para a sociedade e meio ambiente, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

Esperamos que você goste do conteúdo e que tenha uma agradável e produtiva leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista
Sandro Ferreira de Souza


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ESTUDO COMPARATIVO DE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: PROCESSOS DE CRESCIMENTO PERIFÉRICO RECENTES E SEUS DESDOBRAMENTOS TERRITORIAIS

Murilo da Silva Camargo


Camila Moreno de Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224081>

CAPÍTULO 2..... 19

ANÁLISE COMPARATIVA DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS NOS PLANOS DIRETORES DA CIDADE DE RONDONÓPOLIS-MT: ENTRE OS ANOS DE 1994-2021

Silvio Moises Negri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224082>

CAPÍTULO 3..... 37

PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA NA CIDADE DE MATA VERDE, MINAS GERAIS – BRASIL

Carlos Andrés Hernández Arriagada

Mariana Chaves Moura

Giovana Leticia Hernández Arriagada

Edgar Eduardo Roa Castillo

Bruna Leticia de Fraga

Beatriz Duarte Silva

Paola Serafim Filócomo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224083>


CAPÍTULO 4..... 56

OS DESAFIOS NA ADAPTAÇÃO DE NORMATIVAS QUANTO À ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA DIANTE DAS PREEXISTÊNCIAS ARQUITETÔNICAS - O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LAGUNA/SC

Claudione Fernandes de Medeiros

Liriane Baungratz

Raphael Py Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224084>


CAPÍTULO 5..... 72


ACCESIBILIDAD EN CENTROS HISTÓRICOS PATRIMONIALES, PROPUESTAS DE DISEÑO EN CUESTIONES DE MOVILIDAD. CASOS DE ESTUDIO: GUANAJUATO, GTO. MÉXICO, TUNJA Y BOGOTÁ COLOMBIA

Lyda Maritza Gamboa Leguizamón

Fabiola Colmenero Fonseca

Diana María Blanco Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224085>


CAPÍTULO 6	95
IMPACTO DO CONSUMO DE ENERGIA FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM DIFERENTES TIPOS DE COBERTURA	
Emeli Lalesca Aparecida da Guarda Renata Mansuelo Alves Domingos Luciane Cleonice Durante Ivan Julio Apolonio Callejas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224086	
CAPÍTULO 7	109
AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONFORTO TÉRMICO DE PROJETOS EDUCACIONAIS PADRONIZADOS DO FNDE	
Camila Correia Teles Thiago Montenegro Góes Adriano Felipe Oliveira Lopes Júlia Teixeira Fernandes Cláudia Naves David Amorim Caio Frederico e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224087	
CAPÍTULO 8	125
PROPRIEDADE TÉRMICA DA CERÂMICA: UM MODELO DIDÁTICO PARA FINS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Samuel Dal Piccol Gualtier	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224088	
CAPÍTULO 9	137
AVALIAÇÃO DE INTELIGIBILIDADE EM SALA DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO A IDENTIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES ACÚSTICAS DE ESCOLAS PÚBLICAS EM SANTA MARIA – RS	
Viviane Suzey Gomes de Melo Roberto Aizik Tenenbaum Yuri da Silva Missio Pinheiro João Vitor Gutkoski Paes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9202224089	
CAPÍTULO 10	151
EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS DE EMIL BERED	
Silvio Belmonte de Abreu Filho Angela C. Fagundes Maitê T. Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.92022240810	
CAPÍTULO 11	168
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESTRUTURAL DE SISTEMA DE VEDAÇÃO EXTERNA	

CONSTITUÍDO POR PAINÉIS ESTRUTURAIS LEVES E PERFIS METÁLICOS

Kamila Soares do Nascimento

Edna Alves Oliveira

Otávio Luiz do Nascimento


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92022240811>

CAPÍTULO 12..... 178

PROCESSO DE PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO PARA EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES COM ALTURA SUPERIOR A 12 METROS

Helena Reginato Gabriel

Fabiane Vieira Romano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92022240812>

SOBRE OS ORGANIZADORES 197

ÍNDICE REMISSIVO..... 198

CAPÍTULO 1

ESTUDO COMPARATIVO DE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: PROCESSOS DE CRESCIMENTO PERIFÉRICO RECENTES E SEUS DESDOBRAMENTOS TERRITORIAIS

Data de aceite: 01/08/2022

Murilo da Silva Camargo

Universidade Paulista – UNIP

Araraquara – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/3425686151679294>

Camila Moreno de Camargo

Universidade Paulista – UNIP

Araraquara – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/4444152349576864>

<https://orcid.org/0000-0002-9142-2334>

RESUMO: A pesquisa analisa os recentes processos de crescimento periférico em cidades médias pertencentes à Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RACSP), buscando discutir os processos que envolvem a constituição das legislações urbanísticas e suas diretrizes, a partir de uma abordagem regional. Como plano metodológico, desenvolveu-se o levantamento, sistematização e espacialização de informações e dados relativos ao aparato de regulação urbana, aos aspectos sócio-demográficos e à produção habitacional empreendida mais recentemente, vinculada ao Programa Minha Casa Minha Vida, nos municípios da RACSP, para análise ou construção de questões acerca das interações que envolvem as efetivas necessidades habitacionais, aspectos territoriais e a implementação de leis, planos e políticas urbanas. Em âmbito mais local, a pesquisa procurou evidenciar os agenciamentos e modulações em torno das legislações urbanísticas vigentes, face aos processos

efetivos de produção de cidades, por meio da análise do Plano Diretor e Planos Setoriais de Habitação de Interesse Social, de Mobilidade Urbana, de Saneamento e de Meio Ambiente – quando existentes – nos municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara e Matão. Pretende-se, dessa perspectiva, revelar aspectos importantes de análise do que, por hipótese, entende-se como processo de reconfiguração territorial nesses municípios, em chave de interpretação que discuta as especificidades do mesmo em cidades médias e pequenas do interior do estado de São Paulo, com alinhamentos nada desprezíveis envolvendo Estado e capital imobiliário.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades medias, legislação urbana, produção habitacional, reconfiguração territorial.

COMPARATIVE STUDY OF SMALL AND MEDIUM-SIZED CITIES OF THE CENTRAL ADMINISTRATIVE REGION OF SÃO PAULO STATE: RECENT PERIPHERAL GROWTH PROCESSES AND THEIR TERRITORIAL DEVELOPMENTS

ABSTRACT: The research analyzes the recent peripheral growth processes in medium-sized cities belonging to the Central Administrative Region of São Paulo State (RACSP), seeking to discuss the processes that involve the constitution of urban legislation and its guidelines, from a regional approach. As a methodological plan, the survey, systematization and spatialization of information and data related to the urban regulation apparatus, socio-demographic aspects and housing production undertaken more

recently was developed, linked to the PMCMV, in the municipalities of RACSP, for analysis or construction of questions about interactions that involve real housing needs, territorial aspects and the implementation of urban laws, plans and policies. At a more local level, the research sought to highlight the assemblages and modulations around the current urban legislation, in view of the effective processes of production in cities, through the analysis of the Master Plan and Sectorial Plans for Social Housing, Urban Mobility, Sanitation and the Environment – when existing – in the municipalities of São Carlos, Ibaté, Araraquara and Matão. From this perspective, it is intended to reveal important aspects of analysis of what, by hypothesis, is understood as a process of territorial reconfiguration in these municipalities, in an interpretation key that discusses its specificities in medium and small cities in the interior of the state of São Paulo, with not negligible alignments involving the State and real estate capital.

KEYWORDS: Medium-sized cities, urban legislation, housing production, territorial reconfiguration.

INTRODUÇÃO

Este Relatório Final visa apresentar o desenvolvimento e resultados de Pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Universidade Paulista, através do Programa de Bolsas UNIP, iniciada em agosto de 2019. A presente pesquisa, alinha-se a outras pesquisas em andamento sob orientação da Prof. Dra. Camila Moreno de Camargo na intenção de consolidação de um núcleo de pesquisa docente e discente, vinculado, por um lado, ao curso de Arquitetura e Urbanismo do campus de Araraquara, e de outro, ao GEMUR (Grupo de Estudos de Mobilidade Urbana) da UNIP, do qual a docente e o discente são membros.

Na esteira da expansão da produção capitalista no Brasil, a partir da metrópole paulistana influenciada pelos deslocamentos de estratégias e investimentos, na década de 1970, a Região Administrativa Central do estado de São Paulo (RACSP) é parte do que pode ser entendido como transbordamento da Macrometrópole Paulista. Formada por vinte e seis municípios, abrange duas Regiões de Governo (Araraquara e São Carlos) com pouco mais de 1 milhão de habitantes, corresponde a 2% da população total do estado de São Paulo (SEADE, 2020), sendo responsável pela produção de 1,71% do PIB paulista (PIB Regional, SEADE, 2019).

A RACSP apresenta estrutura produtiva multiespacializada e seus principais setores econômicos estratégicos são os de alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, minerais não metálicos e produtos têxteis. Combina indústria de alto valor agregado e de elevado conteúdo tecnológico com setores tradicionais da indústria de transformação. Neste sentido, é significativa a presença de segmentos com baixa intensidade tecnológica na média estadual, como o de vestuário e acessórios e o setor têxtil, cuja taxa de inovação é metade da observada na indústria de transformação paulista. Por outro lado, abriga importantes centros e institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sobretudo nos segmentos médicos e farmacêuticos, energia limpa e renovável, e biotecnologia, vinculados

aos importantes campi universitários presentes na região (UFSCar e USP I e II em São Carlos), bem como, por exemplo, braço da EMBRAER no município de Gavião Peixoto. A agroindústria tem participação expressiva e é voltada à produção de açúcar em bruto, suco de frutas e ração tem presença em 17 cidades (Desenvolve SP, ESP).

São ainda relevantes um conjunto de indicadores positivos de infraestrutura urbana e de qualidade de vida, por um lado associados aos planos e ações de desconcentração produtiva metropolitana, e por outro lado vinculados a um contexto de melhoria nas condições urbanas (MARQUES, 2016) e de reestruturação nas formas de produção da habitação, sobretudo pela implementação dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (MCMV) (ROLNIK, 2015), destacando-se o provimento através do programa estadual Casa Paulista.

Instituída através do Decreto 32.141, de 14 de agosto de 1990, o fato de não se configurar região constituída institucionalmente para fins de planejamento e gestão (a região tem status administrativo e a maior parte de seus municípios integrantes não compõem regiões metropolitanas nem aglomerações urbanas, ainda que se estabeleça entre situações deste tipo), faz com que o conjunto de informações sobre a existência e modos de operação de legislações urbanísticas seja disperso.

A formação da Macrometrópole Paulista é decorrente da reestruturação da divisão internacional do trabalho e da cadeia produtiva, intensificada nas últimas décadas do século XX, quando ocorre “uma mudança na forma de planejamento territorial no estado de São Paulo” vinculando-se “à tentativa de adaptação às novas demandas de mercado” (PROENÇA e SANTOS JR., 2019, p. 313). Para Tavares (2018), estas ações de planejamento tiveram como principal objetivo transformar a Macrometrópole Paulista numa região de planejamento, sobretudo a partir de 2008, quando se constituem os meios institucionais e um conjunto de investigações acerca da caracterização, morfologia e hierarquia funcional das redes urbanas paulista.

Como transbordamento da Macrometrópole Paulista, a complexa rede urbana composta por cidades médias, cidades pequenas e um sem número de distritos urbanos que pontilham o “entre cidades”, foi constituída a partir da desconcentração macroespacial da indústria que apresentou dois sentidos: de São Paulo em direção a outras regiões do país, e da Grande São Paulo em direção ao interior paulista (CANO, 2008). Neste último “vetor produtivo” (TAVARES, 2019), esse processo foi bastante acentuado e associado a reunião de algumas condições fundamentais e pré-existentes, muitas delas originadas nas peculiaridades históricas de seus processos de ocupação e desenvolvimento econômico, atrelados à economia do café.

Nesta cena, Cano (2008), corroborado por outros autores, identifica cinco fatores que induziram à desconcentração industrial em direção ao interior paulista e que caracterizam o fenômeno da “desconcentração concentrada”: i) as deseconomias de aglomeração da metrópole; ii) um conjunto de políticas, programas e ações, e a constituição de importantes

grupos técnicos de trabalho associados ao governo estadual, que propiciaram uma atuação diversificada; iii) as políticas municipais de atração industrial; iv) as políticas federais de incentivo às exportações e o Proálcool, notadamente através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND); e v) os grandes investimentos federais em indústrias de base e em centros de pesquisa.

Particularmente influenciou na constituição e consolidação desta rede urbana o Programa de Cidades Médias (1974), que seguia as diretrizes do II PND, de criação de pólos regionais no interior dos Estados através da ampliação da malha viária e da transferência de recursos financeiros às prefeituras municipais para investimentos em infraestrutura (redes de saneamento básico, pavimentação asfáltica, obras de arte, construção de equipamentos públicos e financiamento para a construção de núcleos habitacionais), no sentido de tornar tais cidades receptoras de investimentos industriais privados.

É importante destacar que, nesta região, a interface com o espaço rural manteve-se essencial, sendo perceptível a interdependência entre alguns dos setores produtivos industriais com a necessidade direta de manutenção de áreas de cultivo agrícola neste território. Ainda assim, é possível afirmar que a região apresenta um conjunto de aspectos que a colocam em contato com uma discussão que avalia o processo de desconcentração produtiva iniciado em 1970 como processo de dispersão da metropolização (CUNHA, 2015), com ampliação das aglomerações urbanas frente a um contexto de reescalamento da produção combinado a um reescalamento da urbanização que requereu novos espaços de escalas e complexidades sobrepostas, para a produção do capital (BRENNER, 2010; BRANDÃO, 2012).

Na esteira desses processos, a dinamização econômica e a geração de emprego e renda tornaram-se temas centrais para diversas administrações municipais, condicionando, quando não subvertendo, as políticas urbanas municipais, ao qual se somou a ampliação do peso do segmento imobiliário na economia urbana, cuja resultante foi, para além da interiorização do desenvolvimento econômico, também da precariedade urbana. Desta perspectiva, interferiu sobre o arranjo territorial apresentado mais recentemente pelos municípios localizados neste vetor produtivo de caráter metropolitano, a dinâmica da produção habitacional caracterizada pelo crescimento acentuado das áreas urbanizadas em descompasso com o crescimento populacional observado (LOPES e SHIMBO, 2015), e pelo aprofundamento de um padrão periférico que promove e intensifica as disparidades sociais decorrentes da localização urbana. Nestas cidades, a estruturação de um campo intensivo e extensivo de promoção habitacional foi caracterizado por uma relativa facilidade de acesso à terra – tanto urbanizada como posicionada nas franjas da zona urbana, ainda sem ou com pouca infraestrutura instalada, sujeita a uma regulação fundiária flexível e ajustável ao arranjo negocial – e por uma produção pautada na racionalidade industrial e economia de escala. O significativo excedente habitacional, por sua vez entrecortado por vazios urbanos especulativos e um sem número de lotes desocupados, alheio às lógicas

de planejamento local e de definição das necessidades habitacionais, revela a disparidade entre a localização da oferta e distribuição da demanda.

Por um lado, estas dinâmicas reafirmam aspectos relacionados à mobilidade urbana regional caracterizada por demandas trabalho-moradia, mas por outro, associam-se a um reposicionamento territorial de determinados núcleos urbanos que relacionam de maneira distinta as noções de centro e periferia – e por desdobramento também as noções de desigualdade e de segregação –, para além daquelas circunscritas na escala intraurbana, que, ao que tudo indica, revelam interações bastante mais complexificadas entre a distribuição populacional em relação ao preço da terra. Nesta cena, destacam-se as cidades pequenas e distritos urbanos, que, participando desta escala de interações, obtiveram ampliação brutal da mancha urbana consolidada, a partir de novos loteamentos implantados voltados a uma parcela da população pobre com dificuldades de acesso formal à moradia em municípios ou localizações mais dinamizados. Servindo-se da complexa rede que compõem o sistema viário primário regional, essa população se submete a deslocamentos diários inter-regionais, e se configura demanda específica para o mercado imobiliário que aposta no dinamismo regional, sobretudo do ponto de vista da mobilidade urbana, que caracteriza o interior paulista. Por outro lado, como traço marcante de configuração destes mesmos territórios, revelam-se a forma-condomínio horizontal e os “loteamentos fechados” de médio e alto padrão, que já há mais tempo estabelecem uma relação bastante conflituosa com a legislação urbanística e de parcelamento do solo em seus vários níveis (CAMARGO, 2019).

Atenta-se para a qualidade de extensão das redes de infraestrutura financiada pelo Estado, que acompanham – e viabilizam – este crescimento urbano periférico, via investimentos em projetos urbanos específicos inseridos no tecido urbano consolidado, onde se combinam recursos federais, estaduais e municipais. Como desdobramentos mais recentes deste processo, tem-se o aprofundamento dos problemas que emergem da desarticulação entre a ocupação urbana e o meio físico. Neste cenário, observa-se o agravamento e proliferação dos eventos sistemáticos de enchentes relacionados à incapacidade da rede de drenagem e impermeabilização exagerada do solo, da piora da qualidade do atendimento das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, da redução das áreas de preservação ambiental com quase aniquilamento de boa parte das nascentes que alimentam a complexa e rica rede hidrográfica presente nesta região do estado.

Atravessando estas dimensões de análise, parece relevante o papel ocupado pelos agentes e agenciamentos em torno da formulação e implementação dos Planos Diretores, as distintas formas que os processos de sua revisão assumiram, o lugar dos planos setoriais – notadamente os Planos Locais ou Municipais de Habitação de Interesse Social e os Planos Locais ou Municipais de Mobilidade Urbana, obrigatórios à boa parte destes municípios –, e as modulações que determinam ou se desdobram do uso de determinados

instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, em legitimação aos processos efetivos de produção das cidades.

OBJETIVO GERAL

A presente pesquisa buscou investigar o processo de expansão urbana periférica nos municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara e Matão, a partir da cartografia de toda a produção habitacional recente, sobretudo a vinculada ao PMCMV, empreendida entre 2000 e 2018, e suas interfaces com a legislação e regulação urbana expressas nos Planos Diretores e seus processos de revisão recentes, e planos setoriais (Habitação de Interesse Social e Mobilidade Urbana). Para tal, a pesquisa apresentou como objetivos específicos:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a)** Sistematizar, cartografar e analisar a produção habitacional recente, sobretudo a vinculada ao PMCMV, da Região Administrativa Central do estado de São Paulo, em conjunto com a caracterização sócio-demográfica e o levantamento das necessidades habitacionais nesta mesma escala;
- b)** Levantar e analisar a legislação urbanística e as diretrizes, programas e ações de planejamento urbano nos municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara e Matão previstos em seus Planos Diretores (e revisões recentes) e Planos Setoriais, notadamente o de Habitação de Interesse Social e o de Mobilidade Urbana;
- c)** Caracterizar, do ponto de vista sócio-demográfico os municípios da RACSP, e das necessidades habitacionais, os municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara e Matão;

HIPÓTESE

Da perspectiva dos resultados obtidos, consolida-se a hipótese de que há em curso um processo de reconfiguração territorial bastante específico nas cidades médias e pequenas do estado de São Paulo, como desdobramento de uma produção habitacional, inscrita muito mais em um contexto de financeirização que marca a produção da própria cidade, do que em resposta ao quadro mais geral de demandas efetivas por moradia nestes municípios, legitimada pela legislação urbana em escala local e pelo uso deturpado de instrumentos urbanísticos reconhecidamente criados em direção ao direito à cidades mais justas.

JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se dada a intensificação de pesquisas voltadas ao

conhecimento das dinâmicas de reconfigurações territoriais no planejamento urbano regional e também do levantamento das legislações urbanísticas e suas diretrizes, juntamente a programas e ações de planejamento urbano sobretudo relacionadas à produção habitacional recente. Assim tendo como recorte territorial os municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara e Matão pertencentes à Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – RACSP, que se configuram objetos de estudo da pesquisa ora proposta, procura-se evidenciar e problematizar o processo recente de crescimento urbano periférico e adensado em cidades médias do interior paulista.

Além disso, o fato de não se constituir região constituída institucionalmente para fins de planejamento (a região tem status administrativo, mas não compõem regiões metropolitanas nem aglomerações urbanas, ainda que se estabeleça entre situações deste tipo), faz com que o conjunto de informações cartográficas e sobre a existência e operação de legislações urbanísticas seja disperso e de difícil acesso. Nesta direção, a pesquisa também se justifica no sentido de procurar concentrar e divulgar uma base de dados para estudos urbanos voltados a esta região do estado.

MÉTODO

O projeto de Iniciação Científica submetido à aprovação apontava como plano metodológico o trânsito entre, pelo menos, duas escalas de análise. Uma primeira escala de análise procura dar ênfase às discussões em torno do desenvolvimento de cidades médias, a partir da Região Administrativa Central do estado de São Paulo (RACSP), a partir da construção de um panorama que evidencie os processos efetivos que envolvem a reconfiguração territorial dos municípios desta região. A segunda escala, mais local, faz cruzar uma determinada análise de cunho quantitativo – expressa em cartografias e gráficos complexos – e outra, qualitativa, que dá relevo a determinadas dinâmicas urbanas. Foram utilizadas pesquisas do tipo documental e de dados, e bibliográfica. Procurou-se desenvolver o georreferenciamento de dados e informações obtidas, como modo de se produzir análises espaciais pertinentes ao campo do planejamento e gestão urbano. Os métodos de desenvolvimento da investigação pretendida foram revisados e/ou atualizados conforme segue:

I. Pesquisas do tipo documental e de dados, sobretudo junto à órgãos públicos (para a captação de informações) e levantamento de legislações urbanísticas locais, a fim de elaborar uma planilha analisando esses dados de municípios da região em estudo.

Como procedimento de pesquisa, uso em sites oficiais das prefeituras municipais as seguintes palavras-chave: plano diretor, mobilidade urbana, transporte, trânsito, meio ambiente, saneamento, habitação, habitação de interesse social e o número de leis vigentes, para levantamento de informações sobre a legislação urbanística expressa nos Planos Diretores e Planos Setoriais de cada município da RACSP. Os resultados foram

sistematizados em quadros, a partir do qual procurou-se desenvolver análises comparadas e quantitativas gerais por meio de gráficos e mapas.

II. Pesquisa bibliográfica, envolvendo títulos e textos que se relacionem, principalmente, o programa MCMV, os processos de produção dos espaços urbanos, os processos de expansão periférica nas cidades, a mobilidade urbana, com o desenvolvimento e planejamento urbano de cidades médias paulistas;

III. Pesquisa de cunho exploratório, a partir de algumas atividades de campo previstas, sobretudo relacionadas aos produtos da produção habitacional recente. Tal etapa não foi desenvolvida por conta da pandemia do COVID-19, neste contexto, a ênfase das análises recaiu sobre os indicadores sócio-demográficos e econômicos dos municípios que compõem a RACSP e envolvendo análises quantitativas a partir da sistematização das informações e dados referentes à legislação urbanística, e análise qualitativa sobre os processos que envolvem a regulação urbana de cidades médias do interior de São Paulo, por meio da espacialização das informações – sua ancoragem urbana-espacial, devidamente fundamentados do ponto de vista teórico e conceitual.

RESULTADOS

Esta pesquisa se propôs a colocar em discussão as questões que cinjam as legislações urbanísticas e suas diretrizes, juntamente a programas e ações de planejamento urbano, sobretudo relacionadas à produção habitacional recente, nos municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara e Matão pertencentes à Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – RACSP, que se configuram objetos de estudo da pesquisa em desenvolvimento, procurando evidenciar e problematizar o processo recente de crescimento urbano periférico e adensado em cidades médias do interior paulista.

Assim foram desenvolvidos gráficos analisando as legislações urbanísticas de vinte e sete cidades pertencentes à Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, de forma ter um panorama abrangente de como e quando cada município estabeleceu seus planos diretores e planos setoriais. A partir desse panorama a pesquisa investigou em uma escala de acontecimentos intraurbana, a partir de uma maior minúcia no tratamento de dados quantitativos relativos à produção habitacional e suas interações com outros aspectos relacionados ao processo de expansão urbana periférica recente e às legislações urbanísticas locais.

Município	Plano Diretor Vigente (nº/ano)	Alterações/ Complementações do Plano Diretor	
		Número da Lei	Objetivo
Américo Brasileiro	Lei Complementar 007/2006	Lei Complementar 065/2006 Lei Complementar 093/2009 Lei Complementar 106/2010 Lei Complementar 108/2011 Lei Complementar 122/2012 Lei Complementar 127/2012 Lei Complementar 129/2012 Lei Complementar 132/2013 Lei Complementar 164/2015 Lei Complementar 168/2015	Atualização do Plano Diretor Zoneamento Zoneamento Zoneamento Zoneamento Zoneamento Zoneamento Zoneamento Zoneamento
Araraquara	Lei Complementar 850/2014 (2ª. Revisão)	Lei Complementar 858/2014 Lei Complementar 875/2016 Lei Complementar 919/2019	Zoneamento Zoneamento (ZPE - exportação) Zoneamento e Perímetro Urbano
Boa Esperança do Sul	-	-	-
Borborema	Lei Complementar 031/2010	Lei Complementar 046/2012 Lei Complementar 047/2012 Lei Complementar 078/2015 Lei Complementar 081/2016 Lei Complementar 082/2016 Lei Complementar 103/2017 Lei Complementar 104/2017 Lei Complementar 108/2017	AEIS AEIS Perímetro Urbano Perímetro Urbano AEIS Perímetro Urbano Perímetro Urbano Perímetro Urbano
Cândido Rodrigues	-	-	-
Descalvado	Lei Complementar 4.031/2016	-	-
Dobrada	Lei Complementar 026/2009	-	-
Dourado	-	-	-
Fernando Prestes	-	-	-

Gavião Peixoto	Lei Complementar 087/2015	-	-
Guariba	Lei Complementar 2.163/2006	Lei Complementar 2.296/2008 Lei Complementar 2.498/2011 Lei Complementar 2.606/2012 Lei Complementar 2.646/2012 Lei Complementar 2.732/2013 Lei Complementar 2.762/2014 Lei Complementar 3.087/2017 Lei Complementar 3.237/2019	Uso e Ocupação do Solo Uso e Ocupação do Solo Infraestrutura Urbana Uso e Ocupação do Solo Uso e Ocupação do Solo Infraestrutura Urbana Parcelamento do Solo Infraestrutura Urbana
Ibaté	Lei Complementar 001/2006	Lei Complementar 2.503/2009 Lei Complementar 2.634/2011	AEII Zoneamento
Ibitinga	Lei Complementar 2.908/2006	Lei Complementar 3.005/2007 Lei Complementar 011/2009	Atualização do Plano Diretor Zoneamento
Itápolis	Lei Complementar 2.332/2006	-	-
Matão	Lei Ordinária 3.800/2006	Lei Ordinária 4.110/2009 Lei Ordinária 4.412/2011 Lei Ordinária 4.382/2011 Lei Ordinária 4.596/2013 Lei Ordinária 4.606/2013 Lei Ordinária 4.627/2013 Lei Ordinária 4.632/2013 Lei Ordinária 4.741/2014 Lei Ordinária 4.842/2015 Lei Complementar 5.184/2018 Lei Complementar 5.208/2018	Uso e Ocupação do Solo Uso e Ocupação do Solo Uso e Ocupação do Solo Uso e Ocupação do Solo Uso e Ocupação do Solo Uso e Ocupação do Solo HIS Desmembramento Perímetro Urbano e Zoneamento Zoneamento e HIS
Motuca	-	-	-
Nova Europa	-	-	-
Porto Ferreira	Lei Complementar 197/2018 (1ª. Revisão)	-	Atualização do Plano Diretor
Ribeirão Bonito	-	-	-
Rincão	-	-	-

São Carlos	Lei Ordinária 18.053/2016 (1ª. Revisão)	Lei Ordinária 18.927/2018 Lei Ordinária 19.165/2019	Perímetro Urbano Desmembramento
Santa Ernestina	-	-	-
Santa Lúcia	-	-	-
Santa Rita do Passa Quatro	Lei Complementar 2.667/2006	-	-
Tabatinga	Lei Complementar 051/2016	-	-
Taquaritinga	Lei Complementar 3.601/2007	Lei Complementar 3.931/2011 Lei Complementar 3.986/2012 Lei Complementar 4.042/2013 Lei Complementar 4.152/2014 Lei Complementar 4.433/2017	Perímetro Urbano Perímetro Urbano Perímetro Urbano Infraestrutura Urbana Infraestrutura Urbana
Trabiju	-	-	-

Tabela 01: Municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – RACSP com Plano Diretor vigente e suas alterações.

FONTE: O autor, a partir de informações coletadas através dos sites das Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades em estudo.



Mapa 01. Municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RACSP) e Planos Diretores vigentes.

FONTE: O autor, a partir de informações coletadas através dos sites das Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades em estudo.

Município	Planos Setoriais Existentes	Nº. da Lei/ Ano de Aprovação	Conselhos Urbanos Existentes	Fundos Urbanos Existentes
Américo Brasiliense	Saneamento	Lei 005/2016		Habitação
Araraquara	Mobilidade Meio Ambiente	Lei 12.587/2012 Lei 9.621/2019	Conselho Municipal De Planejamento E Política Urbana Ambiental – COMPUA Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA Conselho Municipal de Saneamento Básico	Fundo Municipal de Saneamento Básico
Boa Esperança do Sul	-	-	-	CDHU
Borborema	-	-	-	CDHU
Cândido Rodrigues	-	-	-	CDHU
Descalvado	-	-	Conselho Municipal De Saneamento Básico - COMUSB	-
Dobrada	Saneamento	Lei 1.664/2017		-
Dourado	Saneamento	Lei 1.472/2014	Conselho Municipal Do Meio Ambiente	Iluminação Pública CDHU
Fernando Prestes	-	-	-	CDHU
Gavião Peixoto	-	-	-	-
Guariba	Mobilidade	Lei 2.948/2015	Conselho Municipal De Educação Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA	-
Ibaté	Saneamento	Lei 3.062/2007	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	-
Ibitinga	Mobilidade Saneamento	Lei 180/2019 Lei 4.139/2015	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA	-
Itápolis	Saneamento	Lei 4.369/2012	-	-
Matão	Mobilidade Saneamento	Lei 4.120/2010 Lei 5.132/2017	-	-
Motuca	Saneamento	Lei 683/2015	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social	CDHU Assistência Social
Nova Europa	-	-	Conselho Municipal De Defesa Do Meio Ambiente - CONDEMA	CDHU

Porto Ferreira	Mobilidade Saneamento	Lei 206/2018 Lei 013/2018	Conselho Municipal do Meio Ambiente Conselho Municipal dos Serviços De Saneamento Básico Conselho Municipal de Trânsito E Transporte Conselho Municipal De Política Urbana -COMPUR	Habitação Meio ambiente
Ribeirão Bonito	-	-	Conselho Municipal De Turismo, Lazer E Meio Ambiente Conselho Municipal De De Defesa Do Meio Ambiente - CONDEMA	BNH (1977) Secretaria de Habitação do Estado
Rincão	-	-	-	-
São Carlos	Mobilidade Saneamento Meio Ambiente	Lei 17.649/2015 Lei 17.005/2013 Lei 12.305/2010	Conselho Municipal De Desenvolvimento Econômico E Social - COMDES	-
Santa Ernestina	Saneamento	Lei 1.964/2014	-	-
Santa Lúcia	-	-	-	-
Santa Rita do Passa Quatro	Mobilidade Saneamento	Lei 3.489/2019 Lei 069/2015	-	-
Tabatinga	Saneamento	Lei 2.226/2019	-	-
Taquaritinga	-	-	Conselho Municipal De Política Cultural	-
Trabiju	-	-	Conselho Municipal De Habitação	Habitação

Tabela 02. Análise de municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – RACSP que possuem planos setoriais de Mobilidade, Habitação Social, Saneamento e Meio Ambiente.

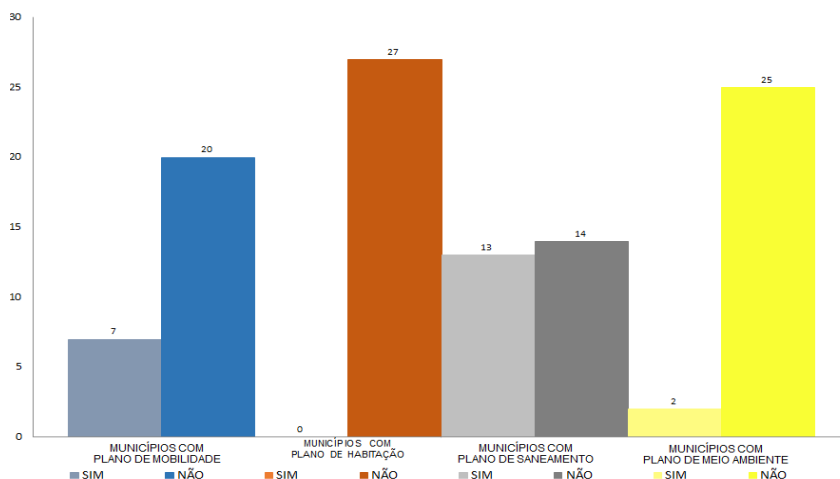


Gráfico 02. Análise de municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – RACSP que possuem planos setoriais de Mobilidade, Habitação Social, Saneamento e Meio Ambiente.

FONTE: O autor, a partir de informações coletadas através dos sites das Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades em estudo.



Mapa 02. Municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RACSP) com Plano de Saneamento Urbano vigente

FONTE: O autor, a partir de informações coletadas através dos sites das Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades em estudo.



Mapa 03. Municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RACSP) com Plano de Mobilidade Urbana vigente.

FONTE: O autor, a partir de informações coletadas através dos sites das Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades em estudo.



Mapa 04. Municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RACSP) com Plano de Mobilidade Urbana vigente.

FONTE: O autor, a partir de informações coletadas através dos sites das Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades em estudo.

DISCUSSÃO

RACSP – caracterização (dados sociais, populacionais e econômicos – Fundação SEADE)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PIB (2017)	PIB PER CAPITA (em milhões de reais) (2017)	ÁREA TERRITORIAL (em km ²) (2018)
Américo Brasiliense	40.243	948.260,06	24.584,16	122,79
Araraquara	227.618	9.009.108,25	40.437,49	1.003,63
Boa Esperança do Sul	14.582	365.407,47	25.547,61	690,75
Borborema	15.323	409.114,29	27.068,56	552,26
Cândido Rodrigues	2.674	115.329,37	43.113,78	70,892
Descalvado	32.430	1.643.346,16	51.277,65	753,71
Dobrada	8.904	117.040,76	13.585,69	149,73
Dourado	8.482	595.048,62	69.874,19	205,87
Fernando Prestes	5.572	199.548,57	35.851,34	169,99
Gavião Peixoto	4.610	839.815,06	184.453,12	243,77
Guariba	39.021	889.457,03	23.400,61	270,29
Ibaté	34.738	915.872,65	27.280,85	290,98
Ibitinga	58.501	1.481.595,70	25.982,88	689,39
Itápolis	41.548	1.373.099,36	33.392,49	996,75
Matão	80.020	3.821.842,95	48.273,27	524,90
Motuca	4.638	87.131,86	19.208,96	228,70
Nova Europa	10.749	303.797,46	29.429,18	160,25
Porto Ferreira	54.102	1.975.018,49	37.012,40	244,91
Ribeirão Bonito	12.959	273.148,04	21.495,87	471,55
Rincão	10.496	213.765,68	20.424,77	316,64
Santa Ernestina	5.525	92.067,58	16.636,71	134,42

Santa Lúcia	8.562	127.361,34	15.029,66	154,03
Santa Rita do Passa Quatro	26.385	641.179,00	24.269,62	754,14
São Carlos	242.632	10.475.654,56	44.208,91	1.136,91
Tabatinga	15.897	278.225,09	17.903,80	368,60
Taquaritinga	54.499	1.469.101,45	27.044,82	594,34
Trabiju	1.703	43.206,23	26.138,07	63,42
Região Administrativa Central do Estado de São Paulo - RACSP	1.062.413	38.703.543,08	972.926,46	11.292,69

Tabela 01. Dados sócio-demográficos dos municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RACSP). Destaque para os municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara e Matão, recorte territorial para análise de determinadas questões da pesquisa.

FONTE: O autor, a partir de informações coletadas através da Fundação SEADE.

Estes dados (da tabela) apontam para um quadro de interações complexas representadas, em um primeiro plano, pela disparidade dos níveis de desenvolvimento dos municípios da RACSP. Destaca-se ainda que, a forte relação de complementaridades entre o meio rural e o urbano, condição de desenvolvimento de ambos na região, conjuga a necessidade de aprofundamento de análises transescalares sobre os processos produtivos e seus efeitos no desenho destes territórios. Nesta direção, os múltiplos territórios que conformam, sobretudo, um conjunto de disputas visíveis sobre as áreas de interface urbano-rural híbridas, também irão revelar formas de governo bastante plurais, dissonâncias importantes entre instrumentos de regulação e de ordenamento territorial, com efeitos sobre vulnerabilidades distintas que se nublam com os indicadores, em geral, positivos da região. A infraestrutura rodoviária que marca um conjunto de dinâmicas sobre este território mais amplo, condiciona a localização dessas atividades produtivas, que se concentram nas áreas lindeiras de cada eixo rodoviário, bem como favorece a fragmentação da mancha urbana e a distribuição dispersa da população. Apesar dos indicadores positivos sobre a infraestrutura e a dinamização econômica, o espaço rural apresenta formas de moradia e de trabalho precárias, expressas por uma constelação de assentamentos rurais e núcleos irregulares habitacionais, abrindo uma questão cara à RACSP sobre as ocupações irregulares nas zonas rurais dos municípios. Por muitas vezes, ocorrem em áreas próximas de mananciais e outros ativos ambientais da região, expondo conflitos relativos ao abastecimento de água e outros impactos ambientais. Por outro lado, interfere de maneira unívoca sobre seu arranjo territorial, sobretudo nos últimos anos, a dinâmica da produção habitacional caracterizada pelo crescimento acentuado das áreas urbanizadas em descompasso com o crescimento populacional observado, e pelo aprofundamento de um padrão periférico que promove e intensifica as disparidades sociais decorrentes da localização urbana. Nestas cidades, a estruturação de um campo intensivo e extensivo de promoção habitacional foi caracterizado por uma relativa facilidade de acesso à terra – tanto urbanizada como posicionada nas franjas da zona urbana, ainda sem ou com pouca infraestrutura instalada, sujeita a uma regulação fundiária flexível e

ajustável ao arranjo negocial – e por uma produção pautada na racionalidade industrial e economia de escala. O significativo excedente habitacional, por sua vez entrecortado por vazios urbanos especulativos e um sem número de lotes desocupados, alheio às lógicas de planejamento local e de definição das necessidades habitacionais, revela a disparidade entre a localização da oferta e distribuição da demanda.

CONCLUSÃO

A pesquisa coloca em discussão os processos que envolvem a constituição das legislações urbanísticas e suas diretrizes, a partir de uma abordagem regional, evidenciando e problematizando o processo recente de crescimento urbano periférico e adensado em cidades médias do interior paulista. Além disso, o fato de não compor uma região constituída institucionalmente para fins de planejamento (a região tem status administrativo, e seus municípios não compõem regiões metropolitanas nem aglomerações urbanas, ainda que se estabeleça entre situações deste tipo), faz com que o conjunto de informações sobre a existência e operação de legislações urbanísticas seja disperso e de difícil acesso. Nesta direção, a pesquisa procura concentrar e divulgar uma base de dados para estudos urbanos voltados a esta região do estado.

Assim observa-se que há em curso um processo de reconfiguração territorial bastante específico nas cidades médias e pequenas do estado de São Paulo, como desdobramento de uma produção habitacional, inscrita muito mais em um contexto de financeirização que marca a produção da própria cidade, do que em resposta ao quadro mais geral de demandas efetivas por moradia nestes municípios, legitimada pela legislação urbana em escala local e pelo uso deturpado de instrumentos urbanísticos reconhecidamente criados em direção ao direito a cidades mais justas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Camila Moreno de. **Produção habitacional na Região Administrativa Central do estado de São Paulo: reconfigurações territoriais recentes**. Projeto de Pesquisa – Programa Individual de Pesquisa para Docente – UNIP São Paulo, 2019 (in mimeo).

FANTIN, Marcel; SCHENK, Luciana B. M.; PERES, Renata B. **Propostas de expansão urbana para o Plano Diretor de São Carlos (SP): um olhar sob o prisma das limitações dos meios físico e biótico**. XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada/ I Congresso Nacional de Geografia Física: Os desafios da Geografia Física na fronteira do conhecimento. Campinas, 2017.

GOULART, Jeferson O.; TERCI, Eliana T.; OTERO, Estevam Vanale. **Segregação socioespacial e política urbana em cidades médias no Brasil contemporâneo (2001-2011)**. Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 78, Set./Dez. 2016. p.553-570

LOPES, João Marcos e SHIMBO, Lúcia. **Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV**. In: SANTO AMORE, S IMBO e RUFINO (orgs.). *Min a Casa... e a Cidade? Avaliação do Programa Min a Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 229-253.

MENZORI, I. D.; FALCOSKI, L. A. N. **Mapeamento e análise das áreas de preservação permanente e dos corredores de integração ecológica de Araraquara, SP**. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 7-20, abr./jun. 2017.

SANTO AMORE, C; SHIMBO, L. & RUFINO, M.B. (orgs). (2015). **Minha Casa... e a Cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 65-69

SANTORO, Paula Freire. **Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2014

SANTOS, Matheus Henrique de Souza. **Análise da revisão do Plano Diretor de Araraquara- SP (2014): Em discussão o papel do Legislativo e os pilares da participação no planejamento urbano**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara - SP, 2018. (Mestrado em Ciências Sociais)

SPOSI O, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 23, 27, 28, 47, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71

Acessibilidade no espaço público 57

Acústica de salas 137, 140, 141, 149, 150

Análise comparativa 19, 20, 21, 25, 33

Aquecimento global 95, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 107, 127

Arquitetura 2, 36, 37, 55, 95, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 134, 135, 136, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 195, 196, 197

Arquitetura moderna gaúcha 151, 152, 166

Aurilização 137, 139, 148

Avaliação 18, 23, 96, 106, 109, 113, 115, 121, 124, 135, 137, 139, 150, 168, 171, 175

B

Bioclimatização 125, 135

Brasil 2, 17, 23, 24, 35, 36, 37, 41, 42, 44, 55, 59, 60, 70, 74, 107, 110, 111, 123, 138, 176

C

Centro histórico 56, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 72, 73, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92

Centros históricos 56, 57, 59, 70, 71, 72, 77, 85, 94

Centro tombado 57

Cerâmica 99, 100, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 155, 166, 169

Cidade 6, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 65, 66, 70, 95, 97, 98, 102, 117, 151, 153, 166

Cidades medias 1

Conforto térmico 102, 104, 106, 109, 111, 116, 119, 121, 122, 127, 128, 135

Conservação 27, 64, 123

Construção 1, 4, 7, 19, 21, 27, 28, 41, 61, 110, 111, 123, 130, 137, 146, 152, 153, 169, 176, 178, 179, 194, 195

Construção Civil 110, 137, 176, 178, 179

Consumo 21, 73, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 110, 115

Consumo energético 95, 97, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 107

D

Desempenho estrutural 168, 170, 171, 175, 176

E

Edifícios de apartamento 151

Educação 12, 23, 52, 55, 64, 109, 111, 123, 134, 135, 196, 197

Eficiência energética 97, 101, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 135

Eixo verde 37, 38, 47, 50

Ensino 52, 109, 111, 112, 113, 121, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 150, 196, 197

Escola 48, 114, 120, 131, 135, 142, 145, 147, 165, 196

I

Impacto 23, 24, 32, 40, 73, 74, 95, 96, 97, 110, 127, 128, 129, 168, 171, 172, 173, 175

Infraestrutura 3, 4, 5, 10, 11, 16, 27, 28, 31, 33, 37, 38, 40, 43, 44, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 63, 64, 66, 109, 111, 112

Infraestrutura urbana 3, 10, 11, 33, 37, 38, 44, 47, 52, 54, 63, 66

Inteligibilidade 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 150

L

Legislação 1, 5, 6, 7, 8, 17, 23, 63, 110, 151, 152, 154, 156, 161, 164, 165, 185, 188, 189, 193, 195

Legislação urbana 1, 6, 17

M

Mapeamento 18, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 195

Mobilidade urbana 1, 2, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 27, 28, 34, 36, 39, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 70

Multidisciplinaridade 125

P

Painéis leves 168, 169, 175, 176, 177

Paisagem urbana 57

Patrimônio 52, 56, 57, 59, 60, 62, 66, 70, 71

Pesquisa 1, 2, 4, 6, 7, 8, 16, 17, 19, 21, 27, 33, 34, 40, 41, 42, 52, 54, 57, 101, 112, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 151, 152, 179, 180, 181, 182, 194, 195, 196

Planejamento 3, 5, 6, 7, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 31, 33, 34, 36, 39, 58, 70, 98, 106, 128, 130, 194

Planos 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 33, 35, 53, 62, 155, 157, 160, 166

Praças 37, 38, 39, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54

Praças públicas 37, 38

Prática 32, 33, 59, 125, 130, 132, 178, 179, 180, 182, 195

Processo de projeto 123, 178, 179, 180, 181, 183, 194, 195, 196

Processos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 16, 17, 23, 24, 25, 34, 35, 61, 66, 169, 170, 178, 179, 180, 181, 182, 195

Produção habitacional 1, 4, 6, 7, 8, 16, 17

Q

Qualidade acústica de salas de aula 137, 150

R

Reconfiguração territorial 1, 6, 7, 17

Revitalização 37, 50, 52

S

Savana Brasileira 95

Segurança 26, 48, 52, 59, 60, 61, 170, 172, 173, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Segurança contra incêndio 170, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Sociedade 19, 20, 22, 24, 34, 37, 39, 60, 123, 128, 150

T

Território 4, 16, 20, 22, 24, 25, 26, 28, 30, 52, 54, 55

U

Urbanismo 2, 36, 37, 55, 73, 94, 95, 128, 129, 135, 136, 197

V

Vedações verticais externas 168, 172, 173

Pesquisas, processos e práticas em

arquitetura e urbanismo

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pesquisas, processos e práticas em

arquitetura e urbanismo



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br